

PARECER Nº 8/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e

Rio de Janeiro, *data da assinatura eletrônica*.

Assunto: Oferta Permanente de Concessão - Diretrizes Ambientais - Bacia do Ceará

1. OBJETIVO

O objetivo deste Parecer é analisar as considerações técnicas emitidas pelos órgãos ambientais competentes, visando à oferta de 8 (oito) blocos localizados na Bacia do Ceará, em atendimento ao art. 6º, § 2º, da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 17/2017, e observando o estabelecido na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022.

Trata-se da análise das principais recomendações ambientais apresentadas para a oferta das áreas, bem como das eventuais restrições e condicionantes que deverão ser observadas pelos operadores durante o processo de licenciamento ambiental, constantes na Manifestação Conjunta nº 10/2024 MME/MMA.

2. REFERÊNCIAS

- [1] Resolução CNPE nº 17/2017, de 08 de junho de 2017
- [2] Resolução CNPE nº 27/2021, de 09 de dezembro de 2021
- [3] Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022, de 22 de março de 2022
- [4] Manifestação Conjunta Nº 10/2024 – (SEI 4666615)
- [5] Ofício nº 14/2022/SSM- CMA/SSM/ANP-RJ – (SEI 1922614)
- [6] Ofício nº 15/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ – (SEI 1922674)
- [7] Ofício nº 15/2023/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ – (SEI 2814087)
- [8] Ofício nº 495/2022/GABIN - (SEI 2606159)
- [9] Despacho nº 12196568/2022-DILIC – (SEI 2606160)
- [10] Despacho nº 12167784/2022-CGMAC/DILIC – (2606163)
- [11] Informação Técnica nº 2/2022-COPROD/CGMAC/DILIC – (SEI 2606164)
- [12] Ofício nº 322/2023-GABIN/ICMBio – (SEI 3009516)
- [13] Nota Técnica nº 5/2023/COESP/CGCON/DIBIO/ICMBio – (SEI 3009517)
- [14] Ofício nº 125/2023/STM-CMA/STM – (SEI 3356960)
- [15] Ofício nº 38/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ – (SEI 3999153)
- [16] Ofício nº 233/2024/DG/ANP-RJ (SEI 4040085)
- [17] Portaria GM/MMA nº 806, de 24 de outubro de 2023
- [18] Ofício Circular Nº 1395/2024/MMA (SEI 4574501)
- [19] Parecer Técnico nº 885/2024/MMA (SEI 4574502)
- [20] Portaria GM/MMA Nº 918, de 29 de dezembro de 2023
- [21] Ofício nº 83/2023/SAG/ANP-RJ - (SEI 3473029)
- [22] Nota Técnica nº 15/2021/SAG/ANP-RJ - (SEI 1554014)

3. INTRODUÇÃO

1. A Resolução CNPE nº 17/2017 [1], modificada pela Resolução CNPE nº 27/2021 [2], autorizou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a definir e licitar blocos em quaisquer bacias terrestres ou marítimas, bem como licitar campos devolvidos ou em processo de devolução, por meio de ofertas permanentes, à exceção dos campos ou blocos na área do pré-sal e nas áreas estratégicas, que demandam Resolução específica do CNPE.
2. O art. 6º da Resolução CNPE nº 17/2017 [1] dispõe que o planejamento de outorga de áreas levará em consideração as conclusões de estudos multidisciplinares de avaliações ambientais de bacias sedimentares, com abrangência regional, que subsidiarão o planejamento estratégico de políticas públicas, de modo a dar maior segurança e previsibilidade ao processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos petrolíferos, segundo as melhores práticas internacionais.
3. No caso de áreas nas quais ainda não tenham sido concluídos tais estudos, como as que se pretende incluir na Oferta Permanente de Concessão da Bacia do Ceará, as avaliações sobre possíveis restrições ambientais serão sustentadas por manifestação conjunta do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Os procedimentos, critérios e prazos para as manifestações conjuntas foram disciplinados pela Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].
4. Em relação aos 31 blocos analisados na Manifestação Conjunta Nº 10/2024 [4], inicialmente a ANP solicitou parecer ambiental para 28 (vinte e oito) blocos em estudo na Bacia do Ceará, situados nos setores SCE-AP1, SCE-AP2 e SCE-AP3, ao Ibama, por meio do Ofício nº 14/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [5], e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), pelo Ofício nº 15/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [6], reiterado pelo Ofício nº 15/2023/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [7]. O Ibama se manifestou sobre o pleito por intermédio do Ofício nº 495/2022/GABIN [8], Despacho nº 12196568/2022-DILIC [9], Despacho nº 12167784/2022-CGMAC/DILIC [10] e Informação Técnica nº 2/2022-COPROD/CGMAC/DILIC [11]. Por sua vez o ICMBio se manifestou sobre o pleito por meio do Ofício nº 322/2023-GABIN/ICMBio [12] e Nota Técnica nº 5/2023/COESP/CGCON/DIBIO/ICMBio [13]. A documentação recebida foi encaminhada pela ANP ao MME e MMA, por meio do Ofício nº 125/2023/STM-CMA/STM [14], e complementada pelo Ofício nº 38/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ [15].
5. Em 22/05/2024, por meio do Ofício nº 233/2024/DG/ANP-RJ [16], a ANP pediu apoio institucional do MME para realizar a interlocução junto aos órgãos ambientais competentes e ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), de modo a retomar a inclusão de blocos no edital de licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC). Ato contínuo, o MME solicitou ao GTPEG a elaboração de parecer ambiental para mais 3 outros blocos que teriam a sua Manifestação Conjunta expirada em junho de 2025. Os 31 (trinta e um) blocos analisados estão indicados na Tabela 1 e representados Figura 1.

Tabela 1 - Relação das áreas em estudo na Bacia do Ceará

Bacia do Ceará	
Setor	Blocos Exploratórios
SCE-AP1 (11 blocos)	CE-M-397, CE-M-399, CE-M-401, CE-M-457, CE-M-459, CE-M-461, CE-M-463, CE-M-517, CE-M-519, CE-M-521, CE-M-525
SCE-AP2 (9 blocos)	CE-M-465, CE-M-467, CE-M-469, CE-M-471, CE-M-473, CE-M-475, CE-M-477, CE-M-537, CE-M-539

SCE-AP3 (11 blocos)	CE-M-479, CE-M-481, CE-M-541, CE-M-543, CE-M-545, CE-M-607, CE-M-609, CE-M-665, CE-M-669, CE-M-721, CE-M-745
------------------------	--

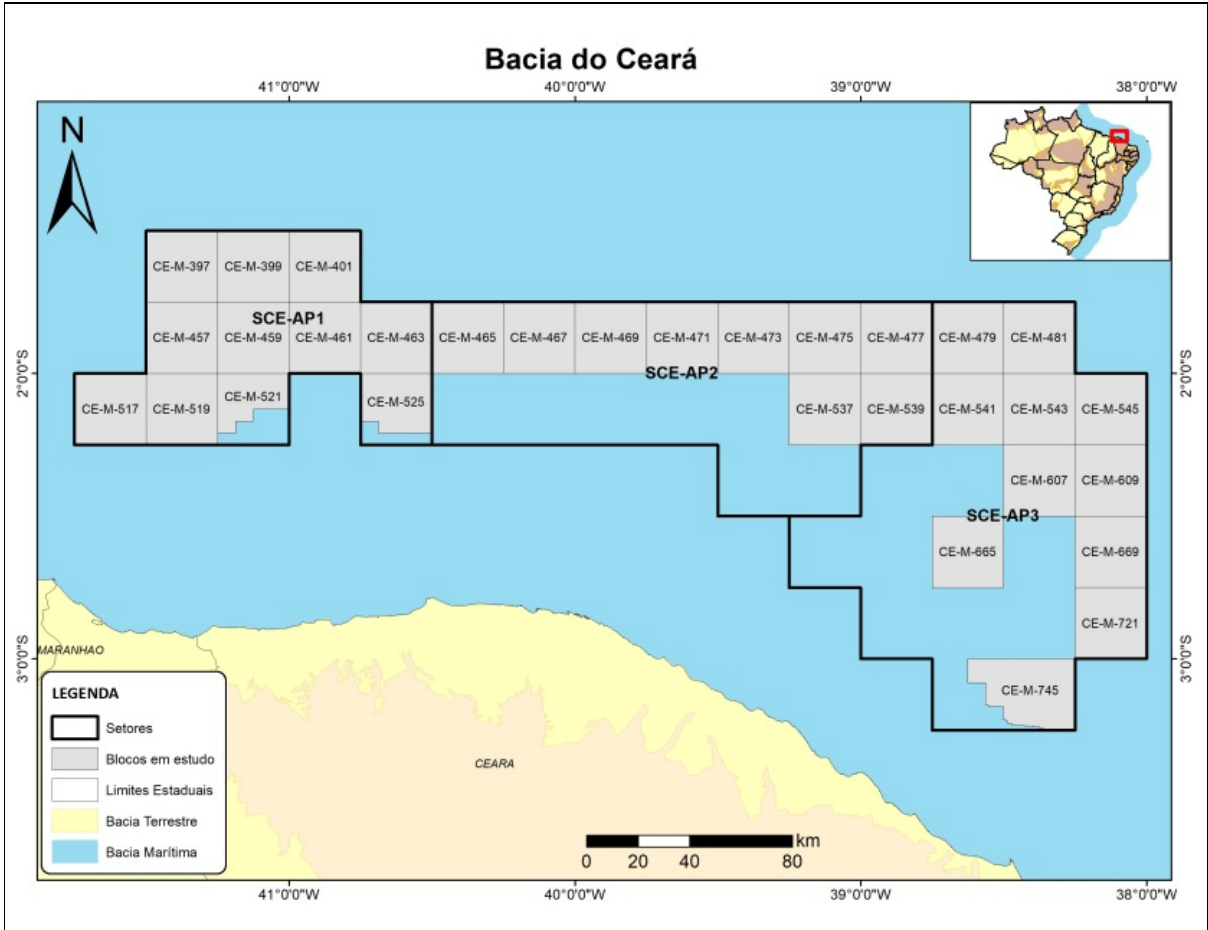


Figura 1 – Mapa de localização dos blocos em estudo na Bacia do Ceará.
 Fonte: MME/MMA, MC 10/2024 [4], Figura 1 (janeiro, 2025).

- As demandas da ANP foram atendidas em 11/12/2024, por meio do Ofício Circular Nº 1395/2024/MMA [18], que encaminhou o Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [19] elaborado pelo GTPEG. E em 16/01/2025, a Manifestação Conjunta nº 10/2024 [4] foi assinada pelo MMA e pelo MME, **considerando aptos 8 blocos** localizados na Bacia do Ceará.
- De acordo com a Resolução CNPE nº 17/2017 [1], não há necessidade de manifestação dos órgãos estaduais de meio ambiente, pois não há blocos em bacias terrestres.

4. **ANÁLISE DAS ÁREAS A SEREM OFERTADAS**

- No início do processo de definição de blocos, a ANP realiza uma análise preliminar, visando identificar questões críticas com relação ao estabelecimento de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e à conservação do meio ambiente.
- A Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], em seu art. 2º, inciso I, estabelece que, após a definição dos blocos ou áreas a serem ofertadas de forma permanente pela ANP, e em se tratando de bacia sedimentar marítima, faz-se necessário solicitar pareceres ao IBAMA e ao ICMBio e, quando couber, a outros órgãos e entidades da administração pública.
- Após o recebimento dos pareceres ambientais, a ANP avalia as recomendações específicas de cada órgão ambiental, e realiza eventuais recortes nos blocos para a adequação e/ou exclusões de áreas ambientalmente sensíveis, recomendadas pelos órgãos ambientais.

11. Dada a localização das áreas a serem incluídas no edital da Oferta Permanente, a Manifestação Conjunta MME/MMA nº 10/2024 [4] considerou os regramentos aplicáveis da Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], (i) art 4º, I, a), que trata da exclusão de áreas com sobreposição de unidades de conservação, (ii) no inciso II, c), que trata da sobreposição com fauna ameaçadas de extinção, (iii) inciso III, que trata do potencial petrolífero, além de eventuais restrições ambientais das áreas e/ou blocos a serem ofertados, bem como os aspectos específicos apontados pelos órgãos consultados.

12. Os demais critérios estabelecidos pelo art. 4º da Portaria não são aplicáveis à presente análise, por tratarem de aspectos relacionados a áreas e/ou blocos terrestres.

4.1 - Aspectos específicos apontados pelos órgãos consultados

13. O Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [19] destacou que o GTPEG foi reinstalado no âmbito do MMA, pela Portaria GM/MMA nº 806 [17], de 24 de outubro de 2023, com representantes do MMA, IBAMA e do ICMBio. A composição vigente do GTPEG foi estabelecida pela Portaria GM/MMA Nº 918 [20], de 29 de dezembro de 2023, e a avaliação contida no parecer foi resultado do trabalho de integrantes das seguintes entidades e unidades: Ibama, ICMBio, SBIO/MMA, SQA/MMA, SMC/MMA, SBC/MMA e SECEX/MMA.

14. Na análise efetuada pelo GTPEG no Parecer [19], os elementos abaixo foram avaliados. A partir dessa análise, o GTPEG apresentou suas considerações ao licenciamento ambiental e conclusões sobre as áreas em estudo.

- i) Áreas prioritárias para a Biodiversidade
- ii) Ecossistemas Sensíveis
- iii) Unidades de Conservação
- iv) Espécies ameaçadas de extinção
- v) Recursos Pesqueiros
- vi) Contribuições ao licenciamento ambiental

15. Com relação às áreas Prioritárias para a Biodiversidade foram identificadas quatro sobreposições: ZCM-36, ZCM-42, ZCM-43 e ZCM-137, demonstradas na Figura 2.

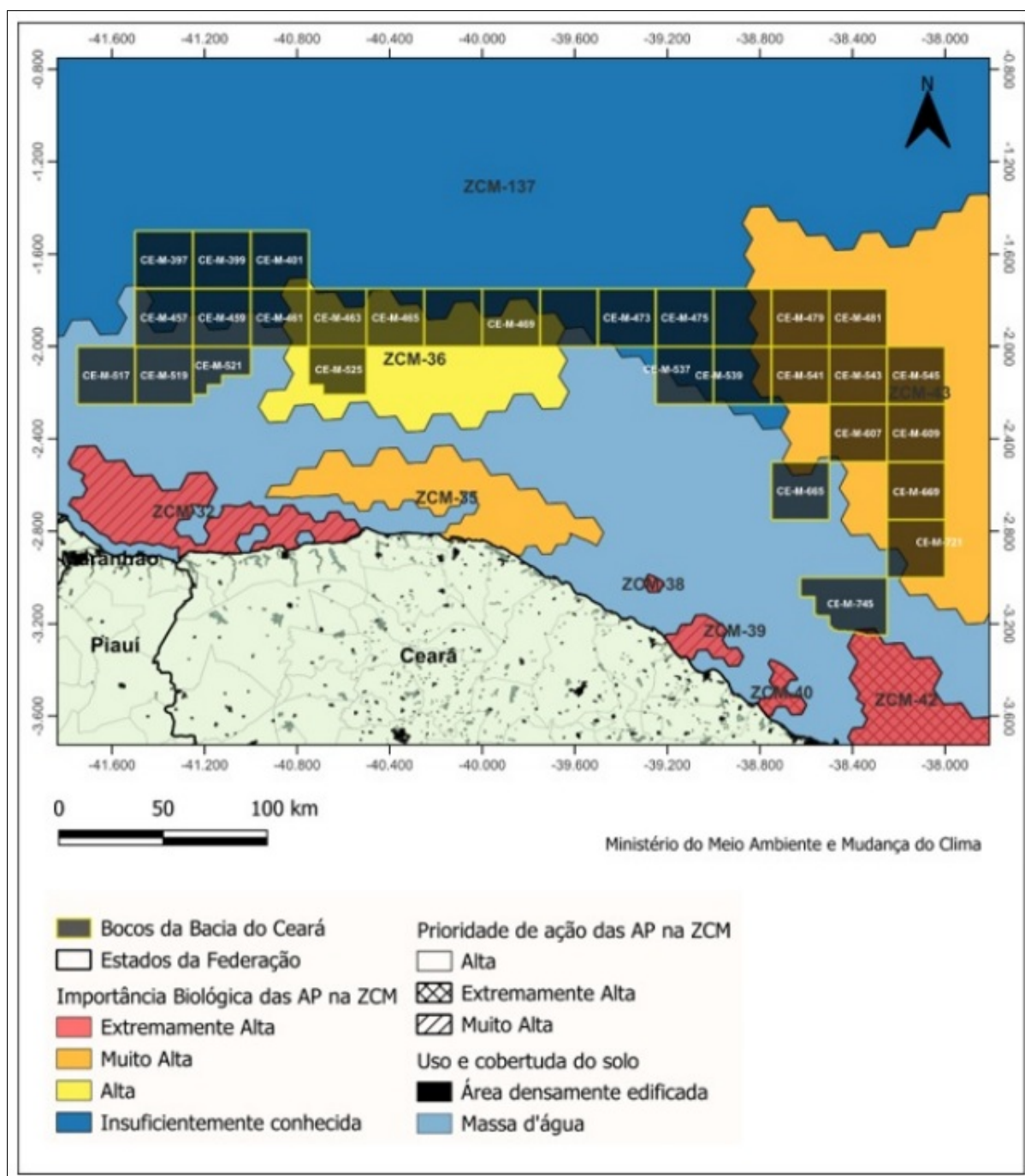


Figura 2 – Sobreposição das áreas em avaliação com Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira.
Fonte: GTPEG, PT nº 885/2024/MMA [19], Figura 4, (dezembro/2024).

16. A ZCM-42 foi classificada como **Importância Biológica e Prioridade de Ação Extremamente Altas** e possui como ações indicadas: i) Manejo de Recursos; ii) Monitoramento; iii) Pesca Sustentável. A Área é relevante do ponto de vista de espécies e ecossistemas, é área estratégica dos Planos de Ação Nacional para a Conservação (PANs) das Tartarugas Marinhas, PAN dos Albatrozes e Petréis, PAN Grandes Cetáceos e Pinípedes, PAN Manguezal e PAN Pequenos Cetáceos. A pesca industrial apresenta densidade predominantemente média, com atuação das seguintes frotas: espinhel de superfície, arrasto e covo. Em termos de oportunidade para a conservação, há uma frota de pesca artesanal com atividade bastante intensa, inclusive com conflito entre diferentes tipos de pesca. Apenas o bloco CE-M-745 possui pequena sobreposição com essa área.

17. A ZCM-43, chamada de Sirius, foi classificada como de **Importância Biológica Muito Alta**. Para essa área, as ações indicadas foram: i) Pesquisa; ii) Manejo de Recursos; iii) Criação de Unidade de Conservação. Trata-se de área com grande variabilidade topográfica, presença de cadeia de montes submarinos e planícies associadas em torno do monte Sirius. É um ambiente sensível diferenciado e com elevado potencial de biodiversidade, inclusive com a presença de recifes mesofóticos e profundos. Essa

zona abrange os blocos CE-M-477, CE-M-479, CE-M-481, CE-M-539, CE-M-541, CE-M-543, CE-M-545, CE-M-607, CE-M-609, CE-M-665, CE-M-669 e CE-M-72.

18. A ZCM-36 foi classificada como de **Importância Biológica Alta**. Para essa área, as ações indicadas foram: i) Criação de Unidade de Conservação; ii) Pesquisa; iii) Monitoramento. A área se caracteriza por apresentar uma biodiversidade local relevante, sendo área de distribuição de diversas espécies ameaçadas de aves, peixes, mamíferos e répteis. Além disso, apresenta recifes profundos e mesofóticos, talude, que são ambientes muito importantes para a reprodução, alimentação de diversas espécies, e é área prioritária para os PANs Tubarão e Raias, PAN das Tartarugas Marinhas, PAN Grandes Cetáceos e Pinípedes e PAN Pequenos Cetáceos. Por sua rica biodiversidade e importância, a criação de unidade de conservação foi uma das ações indicadas para essa área prioritária. A essa Zona, estão sobrepostos os blocos CE-M-401, CE-M-461, CE-M-463, CE-M-465, CE-M-467, CE-M-469, CE-M-471 e CE-M-525.

19. A ZCM-137 é uma **Área Insuficientemente Conhecida**, demandando esforços de pesquisa para conhecer melhor as espécies e os ecossistemas. Sobrepoem-se a essa zona os blocos CE-M-397, CE-M-399, CE-M-401, CE-M-457, CE-M-459, CE-M-461, CE-M-463, CE-M-465, CE-M-467, CE-M-469, CE-M-471, CE-M-473, CE-M-475, CE-M-477, CE-M-537, CE-M-539 e CE-M-541.

20. Na abordagem dos **Ecossistemas Sensíveis**, o Parecer GTPEG [19] também indicou que há sobreposição de blocos com áreas de especial relevância ecológica, como de montes submarinos e de talude. Há sobreposição de alguns blocos (CE-M-521, CE-M-459, CE-M-461, CE-M-463 e CE-M-525), conforme destacado na Figura 3, com a EBSA (Borda da Plataforma Nordeste), que são áreas especiais no oceano reconhecidas pela Convenção sobre Diversidade Biológica por suas características ecológicas ou biológicas significativas, incluindo, nesse caso, habitats críticos, corredores migratórios e locais de agregação de espécies vulneráveis às pressões humanas, sendo a exploração offshore de petróleo e gás uma delas.

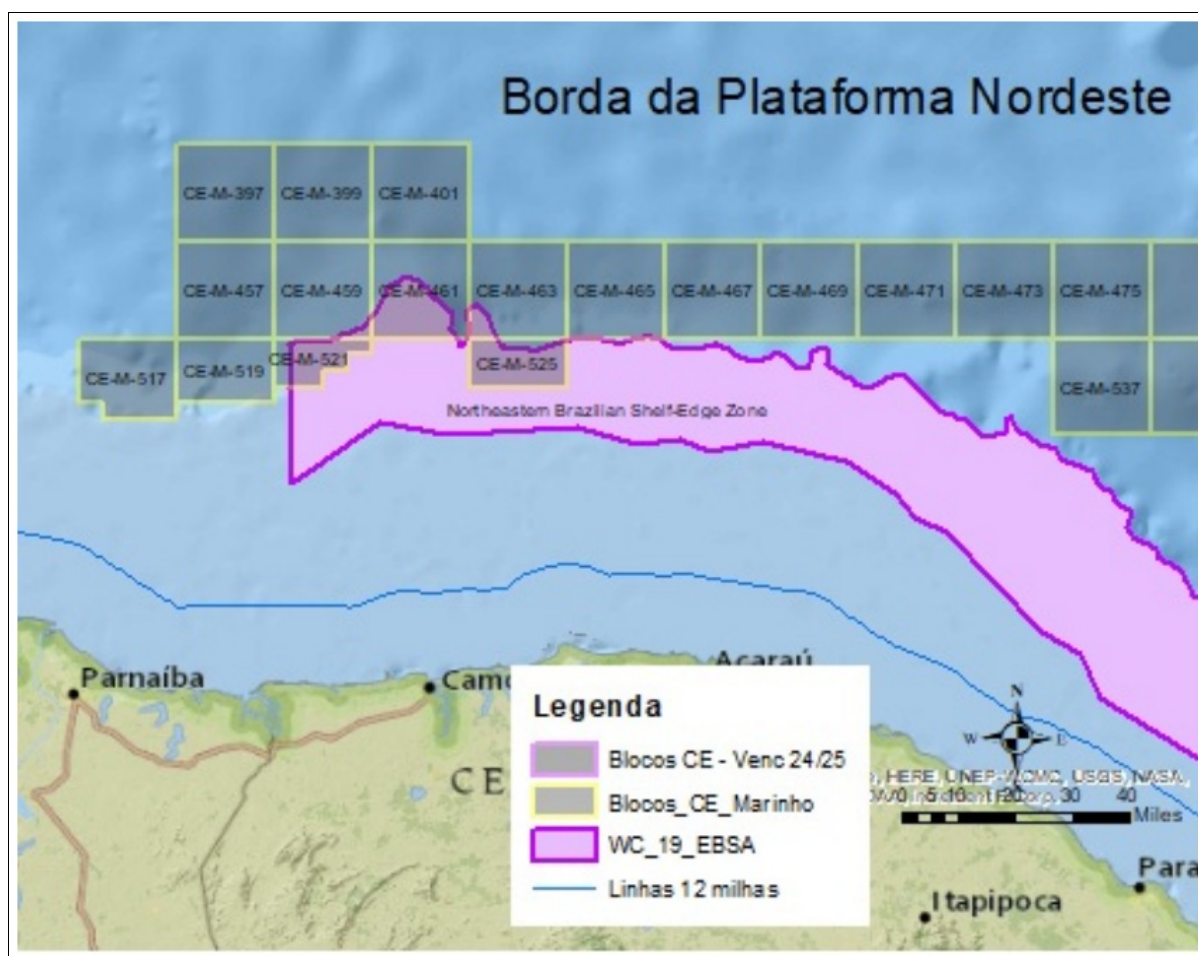


Figura 3 - Borda da Plataforma Nordeste, EBSA, e os Blocos da Bacia do Ceará analisados.

Fonte: GTPEG, PT nº 885/2024/MMA [19], Figura 5, dezembro/2024.

21. Já os blocos CE-M-479, CE-M-481, CE-M-543, CE-M-545, CE-M-607 e CE-M-609 estão sobrepostos à Cadeia Norte Brasileira (Figura 4), formada por ilhas e montes submarinos de diferentes profundidades, e conhecida como Bancos do Ceará. A área é local de alimentação e reprodução de aves marinhas, além de integrar o principal corredor de migração do Atlântico para essas espécies e formar uma super ecossistema recifal. Por sua conectividade ecológica, diversidade de habitats e relevância na manutenção de espécies ameaçadas, a região foi reconhecida como uma EBSA (EBSA Cadeia Norte Brasileira e Fernando de Noronha).

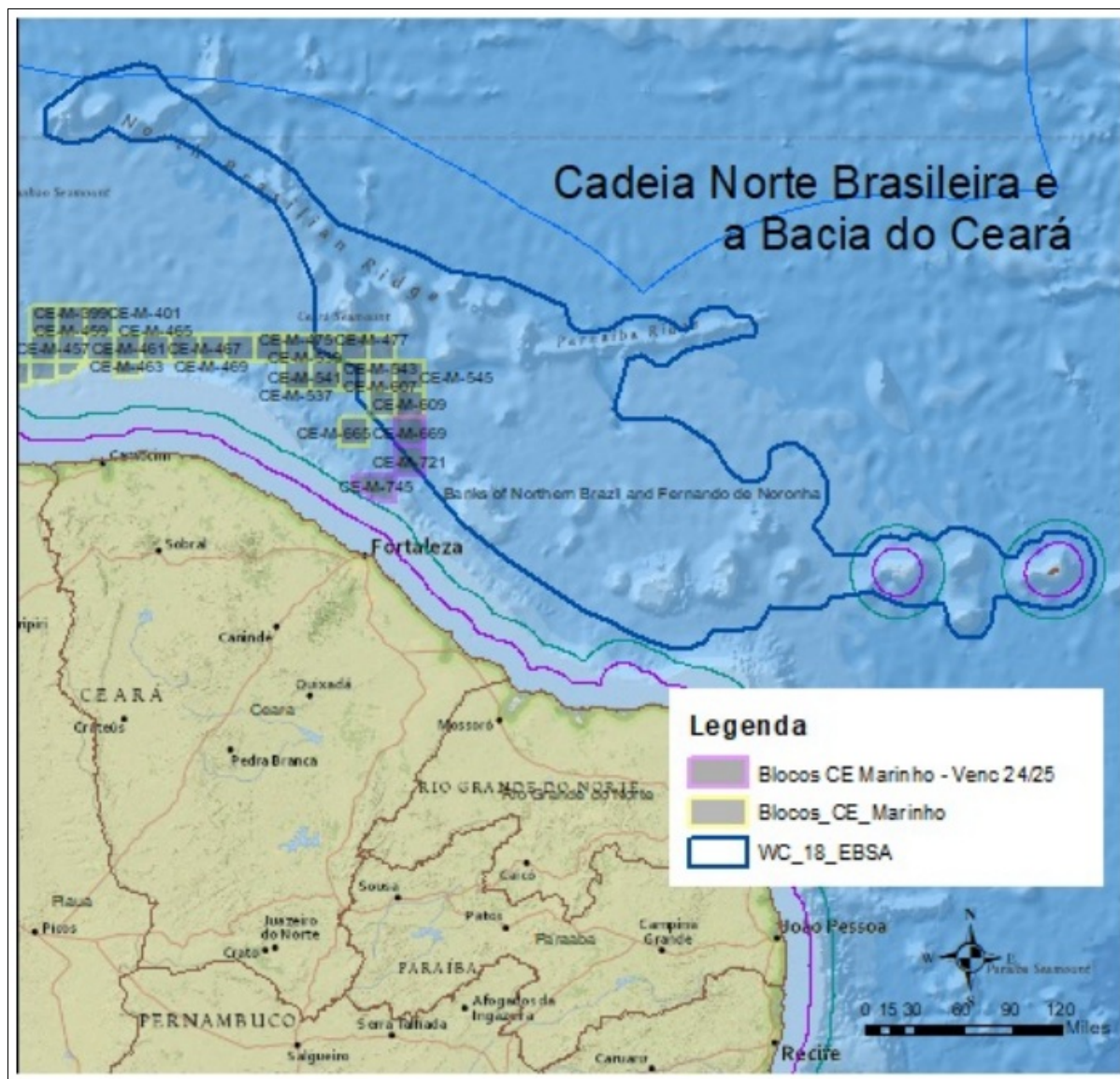


Figura 4 - Cadeia Norte Brasileira e Cadeia de Fernando de Noronha, EBSA e os blocos em análise da Bacia do Ceará.
Fonte: GTPEG, PT nº 885/2024/MMA [19], Figura 6, (dezembro/2024).

22. Há também recomendação de que, no processo de licenciamento ambiental, sejam realizados estudos sobre a possibilidade de toque de petróleo nessa região costeira, com o objetivo de evitar impactos nos manguezais (Figura 5), nas unidades de conservação costeiras, bem como na saúde e nas atividades econômicas das comunidades que dependem dessa área.

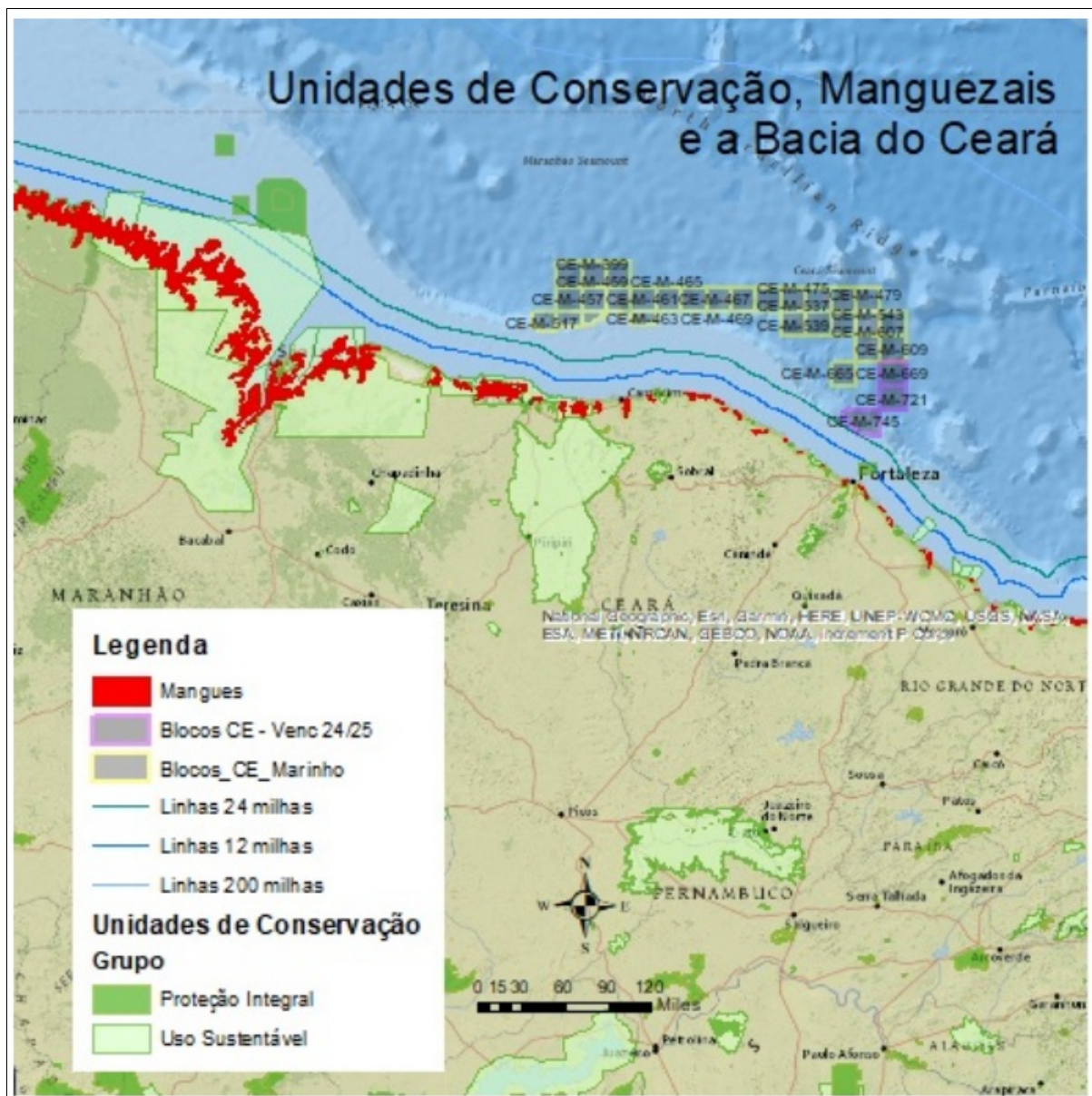


Figura 5 - Presença de manguezais, unidades de conservação na costa do Ceará até o Maranhão.

Fonte: GTPEG, PT nº 885/2024/MMA [19], Figura 7, (dezembro/2024).

23. Com relação à análise de sobreposições dos blocos em estudo com **Unidades de Conservação**, foram identificadas sobreposições dos blocos CE-M-477, CE-M-479, CE-M-481, CE-M-541, CE-M-543, CE-M-545, CE-M-607, CE-M-609, CE-M-669 e CE-M-721 com a proposta de criação de uma nova Unidade de Conservação na região dos Bancos Oceânicos das Cadeias Submarinas Fernando de Noronha e Norte Brasileira (Figura 6).

24. A proposta de criação de uma nova Unidade de Conservação na região dos Bancos oceânicos das cadeias submarinas Fernando de Noronha e Norte Brasileira abrange áreas contempladas pelos Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs) Tartarugas marinhas, Grandes cetáceos, Tubarões, Albatrozes e Corais e tem área estimada de 14.251.936 hectares. Encontra-se em etapa preliminar na Coordenação de Criação de Unidades de Conservação do ICMBio.

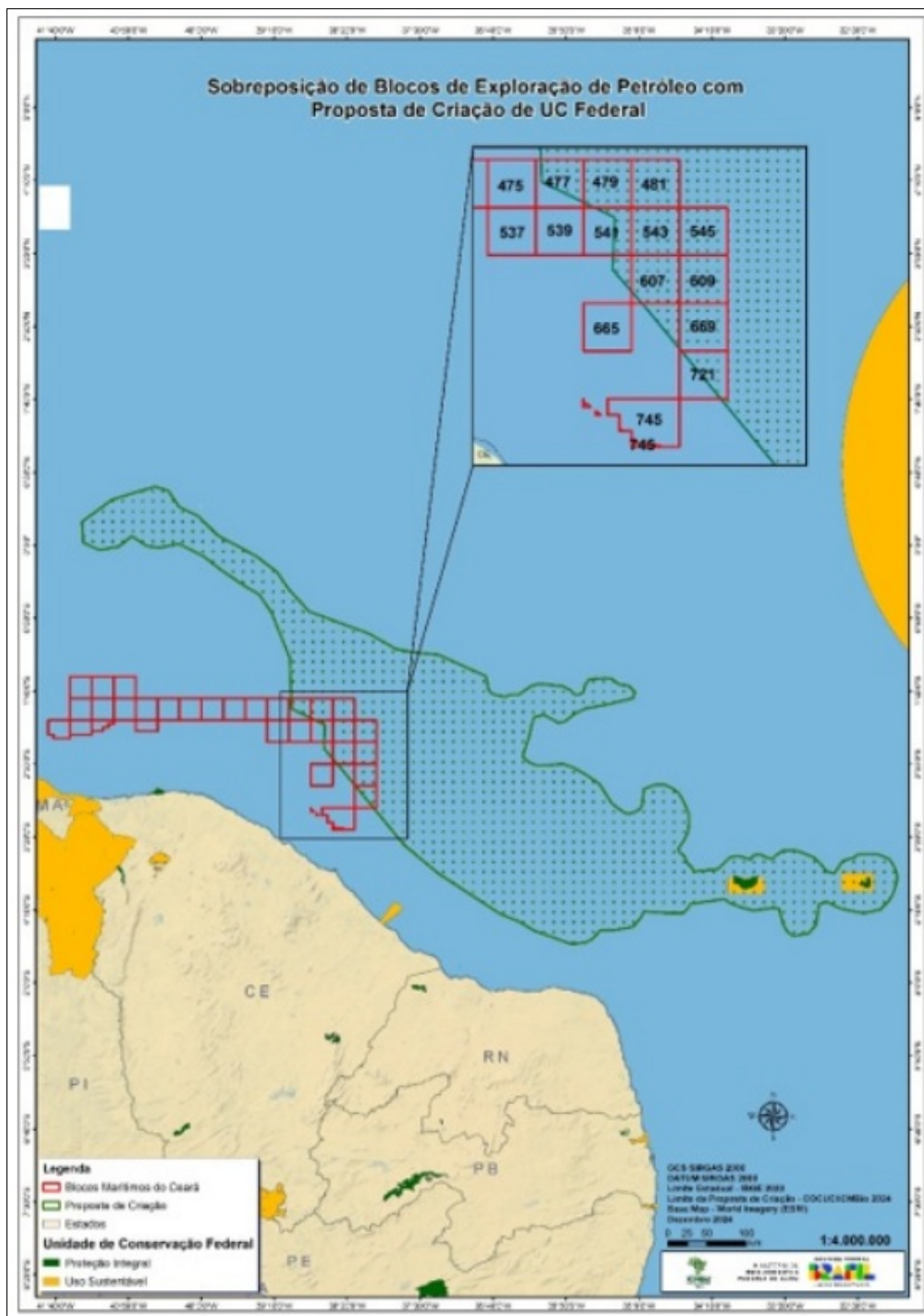


Figura 6 – Sobreposição dos blocos marítimos do Ceará com proposta de criação da UC na região dos Bancos oceânicos das cadeias submarinas Fernando de Noronha e Norte Brasileira.
Fonte: GTPEG, PT nº 885/2024/MMA [19], Figura 9, (dezembro/2024).

25. A análise do conjunto de dados revelou sobreposição significativa envolvendo os blocos mencionados, razão pela qual o GTPEG recomenda sua exclusão. Embora os blocos CE-M-669 e CE-M-721 não sejam explicitamente indicados como sobreposição identificada nesta seção do Parecer GTPEG [19] (pág. 7), observa-se claramente na Figura 6 suas sobreposições com a proposta de Unidade de Conservação. Além disso, esses blocos são especificamente citados na segunda tabela do Ofício Circular nº 1395/2024/MMA, que recomenda sua exclusão.

26. Com relação à sobreposição das áreas em estudo com ocorrência de **espécies da fauna ameaçada de extinção**, a análise teve como base o Plano de Redução de Impactos das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural sobre a Biodiversidade Marinha e Costeira (PRIM-PGMar). Na Figura 7 é apresentada uma visão macro da aplicação do PRIM-PGMar nos setores da SCE-AP1, SCE-AP2 e SCE-AP3, da bacia do Ceará.

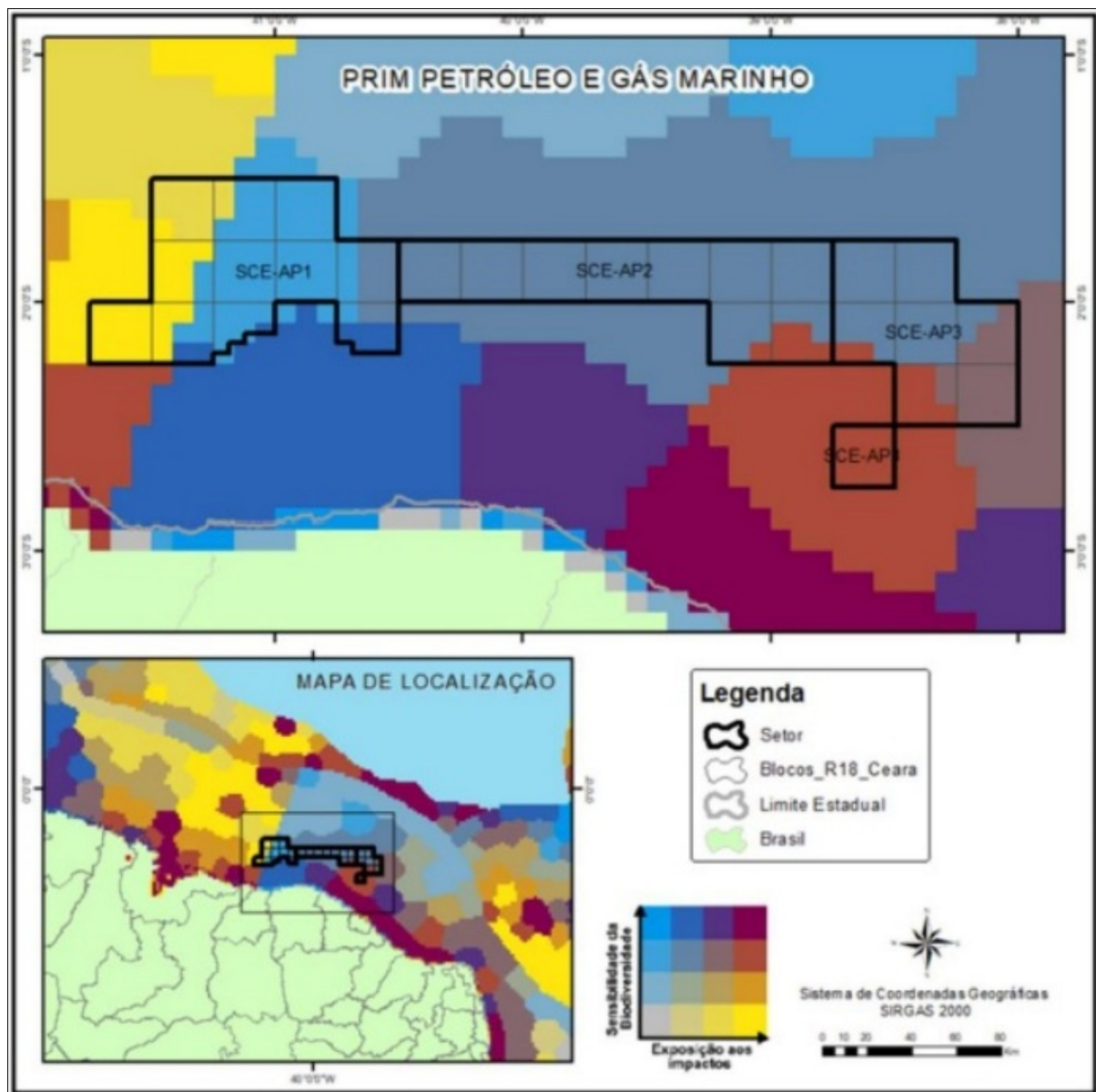


Figura 7 - Mapa de Compatibilidade entre a EPP&G e a Conservação da Biodiversidade nos setores SCE-AP1, SCE-AP2 e SCE-AP3, localizados na Ecorregião Nordeste do Brasil (NB).
Fonte: MME/MMA, MC 10/2024 [4], Figura 3 (janeiro, 2025).

27. Da avaliação da sobreposição das áreas em estudo com o mapa produzido pelo PRIM-PGMar, apresentado na Figura 8, o parecer identificou unidades de planejamento com baixa e muito baixa compatibilidade com as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, no entanto não nominou blocos localizados nessas unidades. Há, ainda, sobreposição dos blocos com áreas de ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, incluindo as categorias “Criticamente em Perigo” (13), “Em Perigo” (21) e “Vulnerável” (32).

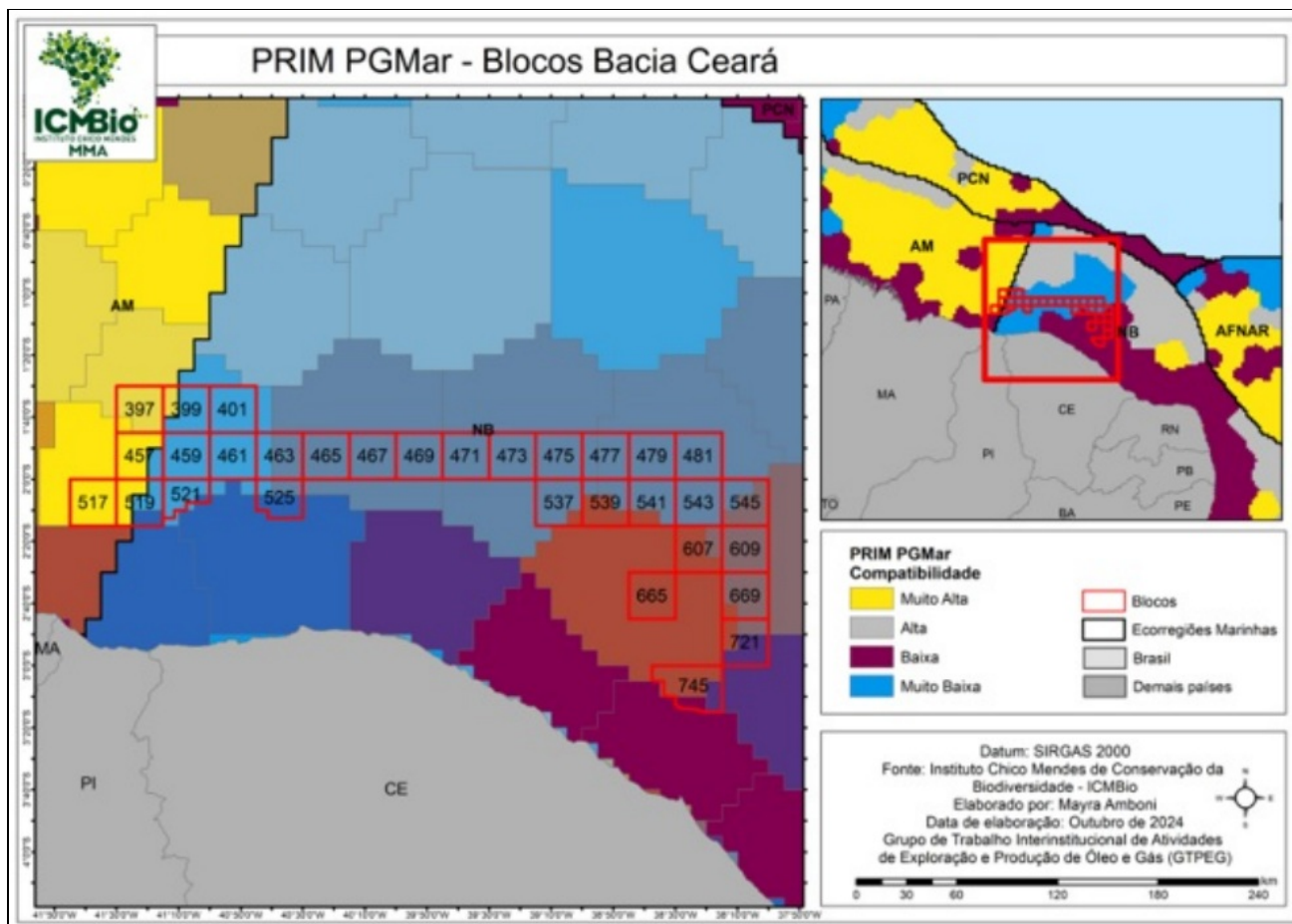


Figura 8 - Mapa de Compatibilidade entre a EPP&G e a Conservação da Biodiversidade nos setores SCE-AP1, SCE-AP2e SCE-AP3. Fonte: GTPEG, PT nº 885/2024/MMA [19], Figura 12, (dezembro/2024).

28. A análise quanto aos **recursos pesqueiros** dos blocos da Bacia do Ceará mostrou uma diversidade nas atividades pesqueiras, com algumas áreas sendo mais utilizadas apenas como rota de passagem de embarcações, enquanto outras, localizadas próximas a montes submarinos e à quebra da plataforma continental, têm grande relevância para a pesca, especialmente de lagostas. A pesca artesanal com covos se destaca nessas áreas, que vêm apresentando um aumento no esforço de pesca ao longo dos últimos anos, sendo importantes tanto para a conservação dos recursos pesqueiros quanto para a subsistência das comunidades locais. O Parecer [19] aponta que há sobreposição de blocos com importantes áreas de pesca, notadamente nos blocos CE-M-517, CE-M-519, CE-M521, CE-M-525, CE-M-543, CE-M-545, CE-M-607, CE-M-609 e CE-M-745.

29. Em **contribuição aos futuros licenciamentos ambientais**, destacamos os itens a seguir apresentados:

85. *Os blocos em análise estão em áreas mais afastadas e profundas do que as fontes consideradas na modelagem de vazamento acima citada. Desta forma, se por um lado não é possível afirmar que o padrão de dispersão de óleo seria similar, por outro fica evidente a importância estratégica da realização de estudos de modelagem de derramamento de petróleo para subsidiar uma avaliação mais qualificada dos impactos e riscos ambientais associados à potencial exploração nos blocos propostos. Tal modelagem deverá ser exigida nos processos de licenciamento ambiental, fazendo uso das melhores bases hidrodinâmicas disponíveis e com uso desejável de dados primários obtidos na região.*

86. *Para um futuro licenciamento para os blocos 471, 473, 475 e 537, é importante que sejam apresentadas as informações sobre a presença de recifes profundos e mesofóticos, a biodiversidade do talude, os serviços ecossistêmicos que serão afetados com a atividade e possíveis riscos aos ecossistemas marinhos sensíveis apontados nesse parecer e aos ecossistemas costeiros. Para um futuro licenciamento dos blocos 477,*

539, 665, 745 é importante considerar, além da presença de ecossistemas marinhos sensíveis, também o estudo “Ensaio sobre a caracterização ecossistêmica, circulação das correntes e a exploração de petróleo nos montes submarinos da Cadeia de Fernando de Noronha” (2021), do Observatório do Clima, que traz dados e informações importantes sobre a conectividade dos montes da Bacia do Ceará com os montes da Bacia do Potiguar, e sobre as correntes oceânicas que atuam na região.

87. Nesse contexto, existem significativos desafios a serem superados para demonstração da viabilidade ambiental dos projetos que vierem a ser implantados nos blocos propostos. Deverão ser exigidas as melhores práticas internacionais de prevenção e preparo a emergências, sendo certo que alguns cenários poderão inviabilizar empreendimentos, a depender das informações a serem levantadas nos casos concretos e a capacidade de planejamento a ser demonstrada pelas operadoras.

88. Outro ponto importante que deve ser destacado, é que o Planejamento Espacial Marinho do Brasil está em desenvolvimento, com os estudos técnicos do Nordeste já em desenvolvimento no presente momento, e pode trazer diretrizes e um plano de gestão muito importante para as áreas analisadas nesse parecer. No momento do leilão dessas áreas, elaboração da AAAS ou posterior licenciamento ambiental, as diretrizes do PEM Brasil devem ser consideradas.

30. Em sua **conclusão sobre a Bacia do Ceará**, o Parecer Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [19] ressalta que:

- Há sobreposição com 4 áreas prioritárias para a biodiversidade, sendo que em duas delas (ZCM-36 e ZCM-43) há indicação de criação de unidades de conservação.
- Há sobreposição de blocos com áreas de especial relevância ecológica, como de montes submarinos e de talude. Há sobreposição de alguns blocos com a EBSABorda da Plataforma Nordeste. Há também preocupação quanto à ameaça potencial da atividade petrolífera aos manguezais presentes no litoral em posição compatível com a deriva preferencial das correntes de superfície;
- Há sobreposição com proposta prioritária de criação de unidade de conservação Bancos Oceânicos das Cadeias Submarinas Fernando de Noronha e Norte Brasileira.
- Há sobreposição com áreas de ocorrência de 79 espécies ameaçadas de extinção, incluindo as categorias “Críticamente em Perigo” (n=13), “Em Perigo” (n=21) e “Vulnerável” (n=32).
- Há sobreposição com importantes áreas de pesca, notadamente nos blocos CE-M-517, 519, 521, 525, 543, 545, 607, 609 e 745.

31. Finalizando o Parecer [19] coloca:

“Em síntese, para os blocos exploratórios na bacia do Ceará, objeto deste Parecer, o GTPEG recomenda que em 5 não há necessidade de adequações, em 3 blocos seja feita adequação das suas respectivas áreas, 14 blocos sejam excluídos do processo de oferta e que para 9 blocos seja realizado o estudo multidisciplinar de AAAS.”

32. O Parecer [19] ainda apresenta a Figura 9, contendo os cinco blocos aprovados pelo GTPEG sem necessidade de recortes e as adequações recomendadas no polígono dos blocos CE-M-471, CE-M-477, e CE-M-539, esclarecendo que os blocos com recomendação de exclusão ou realização prévia de AAAS não foram incluídos no mapa.

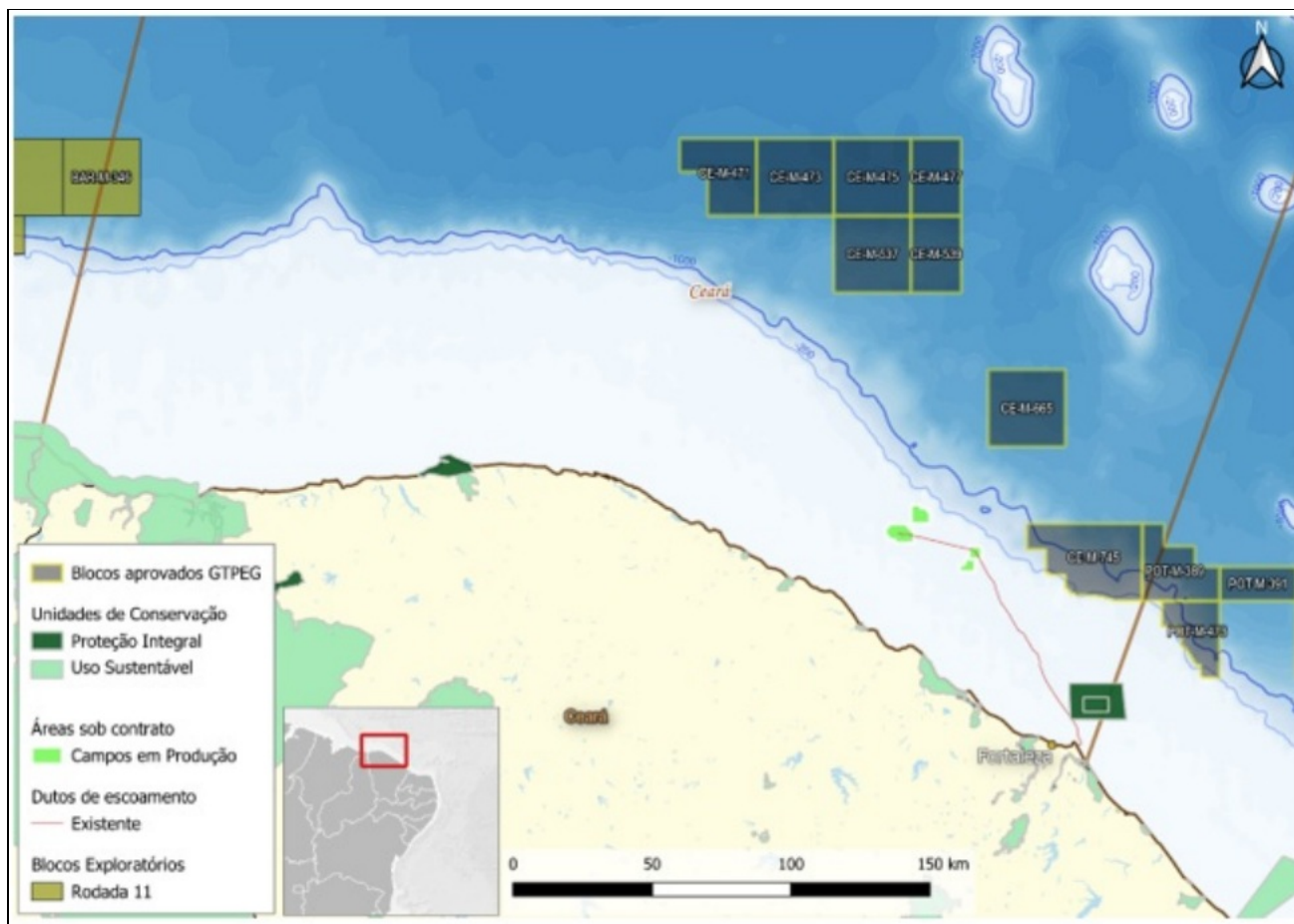


Figura 9 - Blocos aprovados na bacia do Ceará, alguns com recomendação de recortes.

Fonte: GTPEG, PT nº 885/2024/MMA [19], Figura 15, (dezembro/2024).

4.2 - Análise de Sobreposição

33. Na Manifestação Conjunta 10/2024 [4] foi considerada a análise de eventual sobreposição com unidades de conservação, áreas prioritárias para a biodiversidade, ocorrência de espécies da fauna ameaçadas de extinção e com importantes áreas de pesca, realizadas pelo GTPEG no Parecer Técnico [19], não se aplicando as demais análises de sobreposições através de geoinformações indicadas na Portaria [3], por se tratar de ambiente marítimo.

4.3 - Potencial Petrolífero

34. Os dados acerca do potencial petrolífero foram baseados na referência contida no Ofício nº 83/2023/SAG/ANP-RJ [21], e item 5.4 da Nota Técnica nº 15/2021/SAG/ANP-RJ [22], que apresenta o Potencial Petrolífero para Bacia do Ceará.

4.4 - Conclusão da Manifestação Conjunta

35. Na Manifestação Conjunta 10/2024 [4], MME e MMA informam que, após análise dos comentários e recomendações apresentados pelo GTPEG, foram efetuados os ajustes nos limites dos blocos CE-M-471, CE-M-477 e CE-M-539. Além disso, foram excluídos 23 blocos, por não atenderem aos critérios definidos no Parecer GTPEG [19] para serem disponibilizados no processo de oferta. Para os blocos CE-M-473, CE-M-475, CE-M-537, CE-M-665 e CE-M-745, não foi necessária nenhuma adequação. Assim, 8 (oito) blocos localizados na Bacia do Ceará estão em condições de serem ofertados, conforme apresentados na Tabela 2, e Figura 10.

Tabela 2 - Blocos exploratórios considerados aptos Bacia do Ceará

Bacia do Ceará

Setor	Blocos Exploratórios
SCE- AP2 (6 blocos)	CE-M-471, CE-M-473, CE-M-475, CE-M-477, CE-M-537, CE-M-539
SCE-AP3 (2 blocos)	CE-M-665, CE-M-745

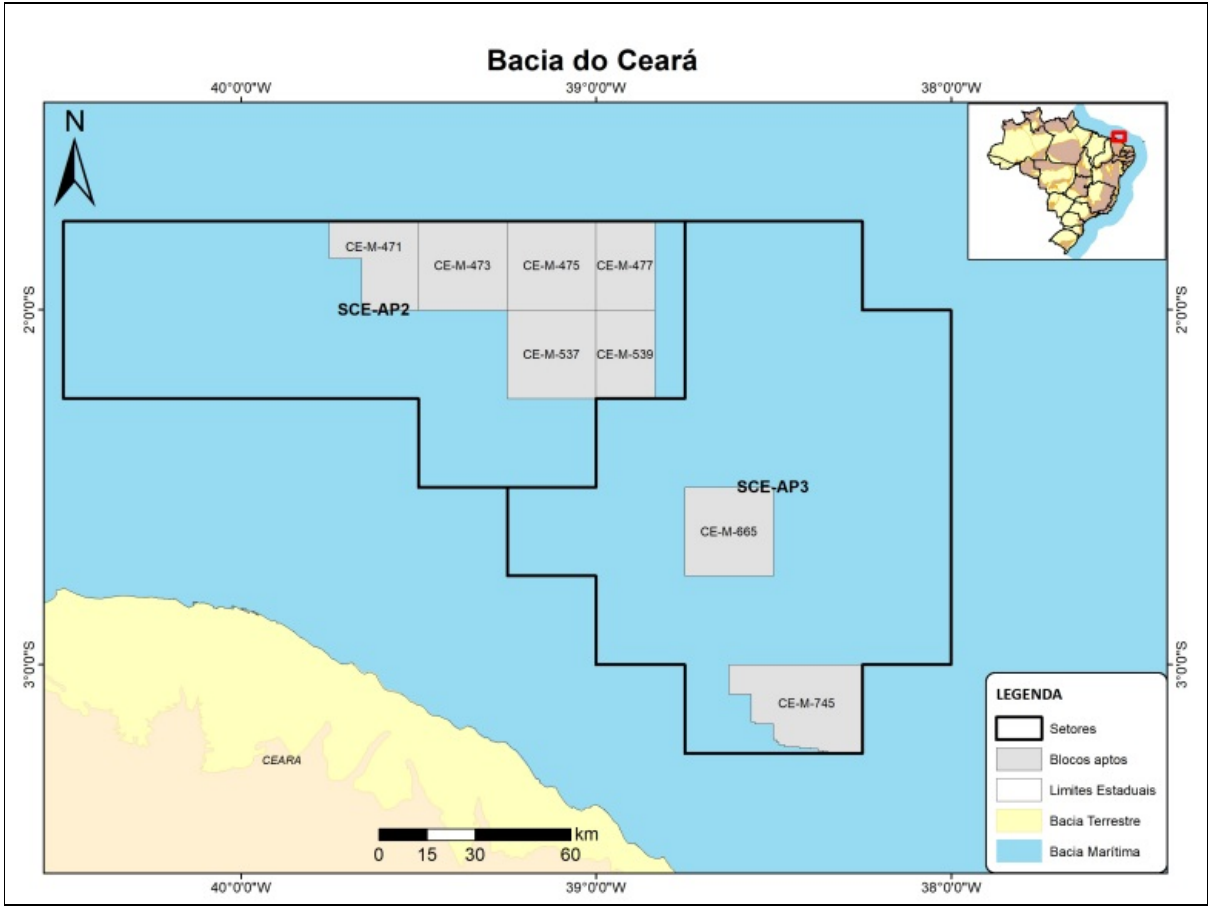


Figura 10 - Blocos exploratórios considerados aptos na Bacia do Ceará.
 Fonte: MME/MMA, MC 10/2024 [4], Figura 10 (janeiro, 2025).

36. Na conclusão da Manifestação Conjunta [4] consta que:

“Após análise conjunta, seguindo os procedimentos, prazos e critérios estabelecidos na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], o MME e o MMA consideram aptos e concordam com a inclusão dos 8 (oito) blocos exploratórios da Bacia do Ceará situados nos setores SCE-AP2 e SCE-AP3, conforme apresentado na Tabela 2 e Figura 10, no âmbito da Oferta Permanente de Áreas para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, em observância à legislação aplicável.”

4.5 - Diretrizes Ambientais

37. As informações dos pareceres, usualmente chamadas de “Diretrizes Ambientais”, são fundamentais para que as empresas interessadas possam propor Programas Exploratórios Mínimos compatíveis com a sensibilidade ambiental dos blocos e, por esse motivo, são divulgadas durante as Audiências Públicas, e disponibilizadas no site da ANP com as demais informações sobre os procedimentos de oferta de áreas, bem como no Pacote de Dados.

38. Com base nas informações relatadas acima, podemos afirmar que a documentação apresentada pelo GTPEG, e a Manifestação Conjunta Nº 10/2024 [4], estão em conformidade com os requisitos definidos na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].

5. CONCLUSÃO

39. Com base no Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [19] elaborado pelo GTPEG, que recomendou a exclusão de 23 (vinte e três) blocos, corroborado pela Manifestação Conjunta Nº 10/2024 MMA/MME [4], a **ANP está apta para ofertar 8 blocos, localizados na Bacia do Ceará**, conforme apresentado na Tabela 2 e na Figura 10, observados os comentários e recomendações apresentadas ao longo do Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [19].



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSE MARCELO PEREIRA, Agente Público S/CCT**, em 11/02/2025, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ AUGUSTO VITALI, Especialista em Regulação**, em 11/02/2025, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA RODRIGUES BRAGA LEMOS CARNEIRO, Agente Público S/CCT**, em 11/02/2025, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA GODOY MARTINS CORREA, Coordenadora Geral de Meio Ambiente**, em 11/02/2025, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.anp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4700604** e o código CRC **508B9349**.